

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO PIAUÍ: O PROGRAMA 'E-TEC BRASIL' DA UFPI
EM FOCO

PIAUI STATE IN DISTANCE EDUCATION: THE 'E-TEC BRASIL' PROGRAM
FROM UFPI IN FOCUS

LOPES, Jackelline Cristina Ost
Universidade Federal do Piauí
jack.ost@hotmail.com

MAIA, Sidclay Ferreira
Universidade Federal do Piauí
sidmaia@ufpi.edu.br

RESUMO Pelo grande poder de alcance e grande velocidade de execução, a oferta de cursos na modalidade de educação a distância cresce continuamente no Brasil. Por essa ótica, o presente artigo, de cunho bibliográfico e discursivo, objetiva elucidar a oferta de cursos técnicos a distância no estado do Piauí através do programa de educação a distância Escola Técnica Aberta do Brasil - "e-Tec Brasil". Baseado em vários autores como Baker (2004), Schwartzman (2006), Belloni (2002), Peters (2001), dentre outros, faz-se um levantamento teórico acerca da modalidade de ensino a distância em si e como forma de políticas sociais no estado do Piauí e no Brasil. Por fim, encontramos que o programa em questão, apesar de necessitar de alguns avanços e revisões de atuação, se mostra como uma política pública que possibilita oportunidades de formação para jovens e adultos, podendo ser o diferencial profissional e acadêmico de pessoas fora dos grandes centros urbanos.

Palavras-chave: Educação à distância. Políticas Públicas. E-Tec Brasil.

ABSTRACT For the great Power of range and great speed of execution, the offer of courses in distance education grows continuously in Brazil. From this viewpoint, the present article, in a bibliographical and discursive format, aims to clarify the provision of distance technical courses at Piauí state through a distance education program named Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil. Based on several authors like Baker (2004), Schwartzman (2006), Belloni (2002), Peters (2001), among others, it is a theoretical research on distance education mode in itself and as a means of social policies in Piauí state and in Brazil. Finally, we found that the program, despite of the need for some improvements and revisions of work, is shown as a public policy that

provides training opportunities for youth and adults, and can be another way of professional and academic formation of people outside the major urban centers.

Key-words: Distance Education. Public Policy. The e-Tec Brasil Program.

1 APORTES INTRODUTÓRIOS

O ensino na modalidade não presencial no Brasil cresce a cada ano, principalmente por seu grande poder de alcance e grande velocidade de execução. Mesmo em se tratando de uma modalidade de ensino relativamente nova, já encontramos disponível vários trabalhos e pesquisas a seu respeito, contudo, possuindo ainda um vasto leque de possibilidades de estudo.

Compreendemos relevante destacar que no Brasil muito já se pesquisa na grande área da educação. Alguns estudos ainda tímidos já abordam a educação a distância na modalidade de Ensino Superior (UAB) e em cursos de curta duração, porém, pouca ou quase nenhuma, trata da educação técnica a distância, nosso foco principal de atenção nesse artigo. Poucos são os trabalhos disponíveis sobre as novas tecnologias de ensino a favor de Cursos Técnicos na modalidade à distância.

Destarte, o interesse no desenvolvimento deste trabalho de cunho bibliográfico e discursivo possui uma breve história que o antecede e o justifica. Houve, de fato, uma escolha intencional da temática em razão da necessidade que sentíamos de conhecer com profundidade as potencialidades do ensino à distância em nosso estado, principalmente no que concerne àquelas relacionadas com nossa instituição de atuação, a saber, a Universidade Federal do Piauí. As reais motivações deste estudo não nasceram de maneira abrupta, ou por mero acaso, mas trazem em si as marcas de uma relação pessoal e profissional com a temática, com início da atuação no programa do Governo Federal de ensino semi presencial denominado 'e-Tec Brasil', quando assumimos a função de Coordenador Geral Adjunto e professora conteudista deste programa de educação técnica à distância, doravante Escola Técnica Aberta do Brasil.

Nesse contexto, as inquietações vivenciadas durante o exercício das funções assumidas no referido programa em EaD combinada com a macrodimensão da responsabilidade assumida junto à UFPI, despertaram o desejo de aprofundar a relação profissional e acadêmica com essa modalidade de ensino diferenciada.

Assim, a nossa ainda curta, porém relevante, história de vida juntamente com a convivência com todos os partícipes promotores do e-Tec Brasil na UFPI - alunos, tutores, coordenadores, conteudistas, etc. - e as nuances cotidianas referentes à atividade de coordenação e elaboração de materiais didáticos para o programa, nos provocaram reflexões e questionamentos sobre os impactos causados à sociedade piauiense.

Imbuídos desta inquietação, partimos em busca da literatura específica para melhor compreender todo esse processo. Muito embora esta temática não tenha recebido a atenção devida nas pesquisas na área de educação e políticas públicas, encontramos em autores como Baker (2004), Schwartzman (2006), Belloni (2002), Peters (2001), dentre outros, uma fonte de discussões acerca desta temática. E é, a partir da literatura mencionada, que iniciamos uma pequena discussão teórica acerca da educação à distância no Brasil e no Piauí.

2 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM CONTEXTO

Os impactos e potencialidades dos cursos técnicos na modalidade a distância no Piauí, através do programa e-Tec Brasil, constituem-se um campo fértil de inquietações e reflexões. A proposta que se apresenta, está inserida no âmbito dos estudos interessados em compreender com maior profundidade as políticas públicas educacionais no Brasil, em específico a oferta de cursos profissionalizantes na modalidade não presencial.

Dessa maneira, dando início a discussão, corroboramos com Baker (2004) e Schwartzman (2006) quando afirmam que, dentre as políticas sociais, a educação ocupa posição especial. Sendo que esta posição de destaque não se restringe às teorias de capital humano - que atribuem à educação um papel fundamental para o desenvolvimento econômico, mas também pela constatação mais recente de que as desigualdades educacionais são o principal correlato das desigualdades de renda, oportunidades e condições de vida.

É notório que algumas políticas públicas implementadas no contexto educacional brasileiro em alguns casos refletem aspectos de nossa sociedade, mostrando-a com uma estrutura social excludente e hierarquizada. E esses aspectos estão presentes nas relações sociais vivenciadas no cotidiano das pessoas, seja em

um contexto mais amplo (macro) das políticas públicas, quanto em um contexto mais específico (micro), das relações cotidianas, em que, de fato, se concretizam os projetos. Sabemos que as raízes dessas questões estão além da discussão proposta por este trabalho, não obstante, devam aqui ser mencionadas por terem influência na formulação das políticas educacionais, já que as determinações político-administrativas interferem diretamente na concepção e implementação de suas ações. (BELLONI, 2002)

Desde o ensino por correspondência unidirecional, o conceito de EaD evoluiu, popularizando-se à medida que a disseminação do uso do computador e da Internet também foram difundidos. Bidirecional e podendo ser interativo, a EaD é considerada hoje uma das bases na democratização do saber. Sua implantação e utilização vêm ganhando um crescente destaque, como um indicativo de que o aprendizado é um processo de caráter dinâmico e permanente na vida de pessoas e profissionais que buscam novos conhecimentos (BELLONI, 2002).

O termo educação a distância, por conseguinte, distingue-se dos demais modos de fazer educacional no Brasil por representar uma modalidade de ensino-aprendizagem mediatizadora das relações entre corpo docente e corpo discente, que substitui a proposta de assistência regular à aula por uma proposta na qual os atores participam de situações não-convencionais, em espaços e tempos que não são compartilhados direta e simultaneamente (LITWIN, 2001).

Outro traço distintivo da EAD é a maleabilidade do processo que se encerra em suas propostas. Nessa modalidade de ensino, o aluno passa a ser participante ativo da construção do conhecimento através das novas tecnologias absorve e se re-projeta em ambientes de ensino-aprendizagem via *web*, proporcionando uma interatividade até então desconhecida ao ensino não-presencial. (LITWIN, 2001).

As instituições de ensino, em sua maioria, ao incorporarem a oferta os cursos em EaD, adotam ambientes virtuais educativos complexos, buscando superar as deficiências e as tradicionais formas de transmitir conteúdos. Dirigem-se ao desenvolvimento de portais educacionais que favoreçam as inter-relações entre alunos e professores. Neles, os chats, fóruns e emails abrem caminhos para a discussão e o estabelecimento de vínculos (ROSENBERG, 2002).

De acordo com Motta (2004), não só a elaboração da tecnologia leva a uma maior complexidade da organização que a utiliza, como também o tipo de tecnologia

disponível para se atingir a objetivos determinados condiciona os modelos de estrutura apropriados à organização, à formulação de sua política administrativa global e à administração de seus recursos. Assim, além do suporte pedagógico, nenhum projeto de *e-Learning*¹, é viável sem estar relacionado também à questão da infra-estrutura.

Nesse contexto, o processo de ensino-aprendizagem ocorre mediante uma nova dimensão temporal denominada de ciberespaço, configurada por uma teia de informações interligada por todo o mundo. Para Rosenberg (2002) o termo *e-Learning* se refere à utilização das tecnologias da Internet para fornecer um conjunto de soluções que melhoram o conhecimento e desempenho, configurando-se assim, em uma das formas de aprendizado a distância.

Pode-se dizer ainda que, de acordo com Soares (2003), essa prática educativa é o processo em que: existe total separação entre os atores durante a maior parte do tempo; faz uso de recursos tecnológicos para unir professor e alunos, os alunos entre si e para transportar informações e conteúdos (comunicação multilateral); e transfere o controle do processo basicamente para os próprios alunos. Embora haja muitas formas de se definir *e-Learning*, em essência, a base da proposta está no requisito da acessibilidade, aliada ao fator de que muitos dos recursos e metodologias podem ser combinados em aplicações síncronas (dependentes do momento, pois ocorrem em tempo real) e assíncronas (recursos independentes do tempo que podem ser acessados quantas vezes forem necessários), aumentando o potencial da EAD.

Adentrando em um breve aporte histórico acerca da EAD no Brasil. Apesar de existir há mais de 150 anos no mundo, somente nas duas últimas décadas a educação a distância se tornou alvo de estudos e pesquisas acadêmicas, de forma sistematizada (MAIA; ABAL, 2001). Segundo Lobo Neto (2003), desde a Lei 5.692/71 o tema do ensino a distância já se faz presente nos textos legais. O Artigo 25 propunha a utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação para atingir um maior número de alunos, mas apenas nos cursos de função supletiva. Assim, os programas de EAD passam a funcionar no país

¹ Nova terminologia usada para Educação a Distância. 'e' de *electronic* e *learning*. Termo com origem na Língua Inglesa, podendo ser traduzido para português como 'aprendizado através das novas mídias da educação'.

precariedade e recebem pareceres dos Conselhos Federais e Estaduais de Educação, classificando-os como experimentais.

Em 1996 o tema é retomado a partir da Lei de Diretrizes Básicas (LDB) com a homologação da Lei 9.394. Pela primeira vez foi mencionada com o intuito de incentivar o desenvolvimento e veiculação de programas de ensino a distância. Com isso o sistema de ensino brasileiro ganha maior maleabilidade na criação de novas metodologias de cursos e questões relativas a EAD ganham visibilidade, passando a ser alternativa regular e regulamentada da prestação de serviços educacionais.

O Decreto-Lei 2.494/98 aborda a EAD como uma possibilidade de flexibilização de requisitos tais como admissão, horário e duração de cursos. Discorre sobre matrículas, avaliações e exames, certificados e diplomas. Identifica também os níveis de ensino que poderão se estruturar nessa modalidade, aqueles que ainda deverão receber regulamentação própria e validação dos cursos.

O mesmo Decreto apresenta alternativas diferenciadas de flexibilidade de requisitos para admissão no sistema educacional (BRANCO, 2003). Porém, observa-se que o público-alvo contemplado é o de jovens e adultos nos ensinos médios e profissionalizantes, restringindo sua atuação para cursos de graduação e pós-graduação, o que, de certa forma, contribui para que a EAD continue a margem dos processos legítimos educacionais.

No mesmo ano é lançada a Portaria nº 301 para estabelecer normas sobre os procedimentos de credenciamento de instituições de ensino superior (IES), dispondo sobre as informações que devem apresentar, contemplando não apenas os aspectos pedagógicos como também os relacionados a infra-estrutura. Sistematiza sobre as formas de apresentação dos projetos e a relação das instituições na formação de parcerias e consórcios. Um mês depois do lançamento da última Portaria, é homologada a Portaria nº 641. Segundo essa Portaria, as instituições são autorizadas a ministrar cursos de graduação a distância. Contém também orientações quanto aos tópicos que devem constar nos projetos que solicitam a autorização de abertura dos cursos.

Por fim, no ano de 1998 o ensino a distância passa a, legalmente, fazer parte do contexto educacional brasileiro, pois é outorgado o Decreto-Lei 2.561, que trata da questão de quem deve credenciar os cursos de EAD, classificando as instituições de ensino de acordo com sua condição constituinte.

A educação a distância, na sua essência, é um sistema tecnológico de comunicação bi-direcional (ARETIO, 2009). Trata-se, em geral, de uma educação disponibilizada para um grande número de pessoas. Essa forma de educação substitui a interação pessoal entre professor e aluno na sala de aula, como meio preferencial do ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização e tutoria que propiciam a aprendizagem autônoma dos estudantes. Sustenta aquele autor, ao tratar do aspecto bidirecional da comunicação nos cursos de EaD, que essa relação dialógica, interativa entre o professor-tutor e seu aluno, se apresenta como um fator essencial para o sucesso dos cursos de graduação e pós-graduação na modalidade a distância.

Peters (2001) define a educação/ensino à distância como um método racional de compartilhar conhecimentos, habilidades e atitudes, através da aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, bem como pelo uso extensivo de meios de comunicação, especialmente para produzir materiais técnicos de alta qualidade, os quais tornam possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo, enquanto esses materiais durarem. É uma forma industrializada de ensinar e aprender. Por sua vez, Moore (2003), define EAD como a família de métodos instrucionais onde as ações dos professores são executadas à parte das ações dos alunos, incluindo situações continuadas que podem ser feitas na presença dos estudantes. A comunicação professor-aluno deve ser facilitada por meios impressos, eletrônicos, mecânicos ou outros.

Nesse sentido, Peters (2001) destaca que não estamos lidando com um processo de transição no campo da educação, mas com transformações rápidas e abruptas que envolvem mudanças de paradigma. Observa-se, assim, que o principal desafio da educação a distância é o mesmo que enfrenta a educação presencial: elevar o nível de formação em distintos níveis, em especial no nível de formação universitária que está propiciando a população, bem como estimular a pesquisa com vista a avançar nessas melhorias.

3 O CONTEXTO LOCAL

Em âmbito regional, ou seja, no estado do Piauí, a educação a distância desponta como uma constante no cotidiano educacional dos cidadãos. Várias são as

possibilidades educacionais à distância na Capital Teresina, bem como nas demais cidades do estado. Instituições de ensino públicas e privadas contemplam boa parte do estado com os mais diferentes cursos a distância. Com maior destaque, encontramos a presença da UAB (Universidade Aberta do Brasil), que no Piauí, assumiu a sigla UAPI (Universidade Aberta do Piauí), vinculada às duas universidades públicas do Estado, Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Universidade Estadual do Piauí (UESPI), que oferece cursos de graduação e pós-graduação *latu sensu* na modalidade a distância.

Com início de atuação no ano de 2006, a UAPI já alcança muitos municípios-pólo no estado almejando construir um Sistema Nacional Integrado de Educação Superior à Distância, onde se pretende sistematizar as ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas destinadas à ampliação e interiorização da oferta de Educação Superior gratuita e de qualidade no Brasil.

Atualmente oferta 08 cursos de graduação, a saber: Administração de empresas; Sistemas de informação; Licenciatura em Biologia; Filosofia; Física e; Química, nos seus 08 pólos no estado.

4 O PROGRAMA E-TEC BRASIL

O programa de educação técnica à distância Escola Técnica Aberta do Brasil, doravante “e-Tec Brasil”, é um programa do Ministério da Educação do Governo Federal em parceria com universidades e institutos federais brasileiros que promove, em todo o país, cursos técnicos na modalidade semi-presencial. Faz parte de uma das ações nacionais do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação – PDE e tem por objetivo a expansão e interiorização da oferta de educação profissional de nível médio na modalidade de educação a distância.

O referido programa articula as Instituições públicas federais, estaduais e municipais de ensino que oferecem ensino técnico em nível médio na modalidade presencial a ofertar seus cursos na modalidade a distância em parceria com governos estaduais e/ou municipais que desejam montar os pólos regionais em escolas de ensino fundamental e médio locais para sediar os cursos de educação técnica e profissional.

Nesse formato de parceria, as instituições de ensino provêm as partes organizacional, metodológica e humana necessárias ao funcionamento dos cursos, como: tutores presenciais, tutores on-line, coordenadores de curso, coordenadores de pólo, etc. e os governo estadual ou municipal disponibiliza a parte física necessária à implantação dos cursos, como: escola pólo, salas de aula, laboratórios, computadores, acesso a internet em banda larga, biblioteca, etc.

Em nosso estado, os cursos promovidos pelo programa e-Tec Brasil são validados por duas instituições federais de ensino, o Instituto Federal de Educação do Piauí – IFPI e a Universidade Federal do Piauí – UFPI, através do Colégio Agrícola de Floriano – CAF. Ao todo, o programa e-Tec Brasil promovido pelo CAF/UFPI oferta três cursos técnicos à distância: Técnico em Agropecuária; Técnico em Enfermagem e Técnico em Informática. Cursos percebidos em quatro municípios pólo no estado, nas cidades de Alegrete do Piauí, Batalha, Monsenhor Gil e Valença, contemplando atualmente um total aproximado de 500 alunos.

O programa e-Tec Brasil têm como objetivo expandir e democratizar a oferta de cursos técnicos de nível médio à distância, na perspectiva de contribuir para a inserção de jovens e adultos de pequenas cidades ou da periferia de grandes centros no mercado de trabalho e de atender aos arranjos produtivos locais, visando contribuir, dentre outras coisas, com a igualdade de oportunidades profissionais e acadêmicas aos jovens e adultos de pequenas cidades e/ou da periferia de grandes centros e, conseqüentemente, para a diminuição do fluxo migratório para grandes centros urbanos.

5 APORTES (IN)CONCLUSIVOS

De acordo com o exposto, podemos observar que a política de EAD no Brasil ainda está em pleno processo de constituição. Com o intuito de enaltecer o programa e-Tec Brasil promovido pelo CAF/UFPI no Piauí, de aprofundar os conhecimentos sobre essa modalidade de ensino e de melhor perceber a oferta dos cursos técnicos na modalidade à distância em nossa instituição, é que consideramos deveras importante discutir a oferta dos cursos técnicos na modalidade de educação a distância no Brasil e no estado do Piauí.

Porém, mesmo com toda uma discussão embasada nos mais diversos autores especialistas na área, mesmo com toda uma gama de experiências vividas *in loco* devido ao vínculo que possuímos com o programa, além de toda uma base legal e jurídica abordada, não há como discorrer conclusões precisas, no mais puro significado da palavra. Entendemos que toda uma discussão aqui tratada vale muito como mais uma fonte de pesquisa e de elucidação de teorias, porém, jamais, como uma fonte estática e acabada acerca da temática.

Sendo assim, sabendo que concluir é sobremaneira impreciso, revelamos alguns pensamentos acerca da temática como incentivo a novas discussões e estudos. Para que as conclusões do presente artigo sirvam como ponto de partida e não de chegada.

Consideramos, pois, que o programa em questão se mostra como mais uma oportunidade de formação para jovens e adultos do estado e do país. Trazendo consigo um maior percentual de possibilidades para pessoas de baixa renda e aqueles que habitam pequenas cidades afastadas de grandes centros por se tratar de ser um programa gratuito e com pólos demograficamente distribuídos. Podendo, inclusive, possibilitar uma facilitação de inserção no mercado de trabalho.

Percebemos também, que ainda há o que avançar. Desde a revisão de currículo, até melhorias na logística de materiais, muito ainda se faz necessário para a aplicação ideal do programa. Consideramos que, para uma real melhoria da oferta dos cursos do e-Tec Brasil no estado do Piauí se faz necessário a execução de pesquisas e estudos que mostrem, entre outras coisas: os aspectos sócio-políticos que mediaram a implantação do programa e-Tec Brasil no Piauí e no Brasil; um apanhado histórico da implantação e execução do programa e-Tec Brasil no Piauí e no Brasil; a caracterização do perfil dos egressos dos cursos ofertados pelo programa; os limites, as possibilidades e as dificuldades do egresso dos cursos técnicos a distância do programa e-Tec Brasil promovido pela UFPI; a execução do programa e-Tec Brasil promovido pela UFPI no estado do Piauí como forma de política pública em educação.

Somente com estudos mais aprofundados dessas perspectivas, poderemos conhecer a fundo o fornecimento de tais cursos como políticas sociais a ponto de idealizar uma execução mais adequada da oferta dos referidos cursos. Contudo, entendemos também que o programa 'e-Tec Brasil', em sua essência, traz

contribuições relevantes à educação no estado, sendo, em muitos casos, o único diferencial na formação de um novo profissional e cidadão.

Por fim, concebemos que a educação como um todo, seja ela promovida de forma tradicional (presencial), ou através de ensino a distância, deve ser encarada da mesma maneira: como um direito essencial, preliminar, a cidadania, essencial à prática social e ao desenvolvimento humano (LOBO NETO, 2003). As intenções presentes nas ações governamentais não devem perder de vista esse foco.

Contudo, não podemos findar a presente produção sem deixar transparente nosso pensamento em defesa do ensino não presencial, pois entendemos que existe um leque de interações relacionado à aprendizagem à distância: o reconhecimento de que existem várias formas de aprender; que conteúdos para aprendizagem podem ser apresentados e examinados numa grande variedade de abordagens; e que as tecnologias à disposição da EAD são tão ricas e diversificadas, que podemos afirmar que a interação desses três vetores abre possibilidades infinitas para a educação.

JACKELINE CRISTINA OST LOPES

Médica Veterinária pela Universidade Federal do Piauí (2009), Especialista em Vigilância Sanitária, Professora Conteudista do programa e-Tec Brasil. Tem experiência na área de Produção Animal com ênfase em Avicultura e em Análise Clínica Veterinária.

SIDCLAY FERREIRA MAIA

Professor do Colégio Agrícola de Floriano da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Coordenador Adjunto do programa de Educação Técnica a distância E-TEC BRASIL. Doutorando em Educação e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí (PPGE/UFPI). Licenciado em Letras/Inglês pela Universidade Estadual do Piauí (2006). Especialista em Língua Inglesa (FAP). Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Piauí (2004) e Especialista em Recursos Humanos (UFPI).

REFERÊNCIAS

ABED. Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância. São Paulo: Monitor, 2006.

ABED. Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância. São Paulo: Monitor, 2007.

ABED. Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância. São Paulo: Monitor, 2008.

ARETIO, L. G. **Saberes en la Educación a Distancia**. Cátedra Unesco de Educación a Distancia. Editorial del BENED. Boletín Electrónico de Noticias de Educación a Distancia – UNED - España.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Porto: Edições 70, 2006.

BAKER, D. Inequality across societies: families, schools and persisting stratification. 1st ed. Amsterdam - London: JAI, 2004.

BELLONI, M. L. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. **Ensaio sobre a Educação a Distância no Brasil**. São Paulo: Educação e Sociedade, n. 78, Abril/2002.

BRANCO, Adylles C. A portaria nº 2.253/2001 no contexto da evolução da educação a distância nas instituições de ensino superior do Brasil. In: SILVA. **Educação online**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

KRAMER, S. Leitura e escrita de professores: da prática de pesquisa à prática de formação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 14, n. 7, jan/abr., p. 19-41, 1998.

LITWIN, E. Introdução. O bom ensino na educação a distância. In: LITWIN, E. **Educação a distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

LOBO NETO, F. J. S. Regulamentação da educação a distância: caminhos e descaminhos. In: SILVA. **Educação online**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MAIA, M. C. e ABAL, M. Distance Training: Case Study in Europe. In: Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais, IV, 2001. **Anais**. Guarujá: SIMPOI, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação a Distância. Lei 9.394. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lei9394.pdf>>. Acesso em: 12 de julho de 2007.

_____. Decreto-Lei 2.494/98. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lei2494.pdf>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2011.

_____. Portaria nº 301 /98. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/pot301.pdf>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2011.

_____. Decreto-Lei 2.561. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/d2561.pdf>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2011.

_____. Decreto-Lei 5.622/05. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf>. Acesso em: 12 de janeiro de 2011.

MOORE, M.G., ANDERSON, W.G. HandBook of Distance Education. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 2003.

NÓVOA, A . Para uma análise das instituições escolares. In: Antonio Nóvoa (org.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1995, p. 13 – 43.

ROSENBERG, M. **E-learning**: estratégias para a transmissão do conhecimento na era digital. São Paulo: Makron Books, 2002.

SCHWARTZMAN, S. Educação e pobreza no Brasil. In: SCHWARTZMAN, S. et al. **Educação e pobreza na América Latina**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2006, p. 9-37.

SILVA, M. **Educação on-line**. São Paulo: Loyola, 2003.

SOARES, I. O. EAD como prática educomunicativa: emoção e racionalidade operativa. In: SILVA. **Educação online**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

SOARES, S. G. Inovações no ensino superior: reflexões sobre a educação a distância. In: CASTANHO, S.; CASTANHO, M. E. L. M. (orgs.). **O que há de novo na educação superior**: do projeto pedagógico à prática transformadora. Campinas: Papyrus, 2000.